

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS

SUBSÍDIO

PARA OS ÍNDIOS FAZEREM MAIS FESTAS

Júlio M. G. Gaiger*

Brasília, junho de 1993.

Este documento é uma colaboração do INESC ao Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como integrante da Coordenação Nacional, para o estabelecimento de diálogo e aprofundamento de temas pertinentes às questões ecológica e de desenvolvimento. Sugerimos sua leitura para estimular e subsidiar debates entre as entidades.

PARA OS ÍNDIOS FAZEREM MAIS FESTAS

Reflexões sobre os projetos de auto-sustentação das comunidades e povos indígenas

Júlio M. G. Gaiger

Numa tarde de 1983, estacionei diante de um pequeno mercado em Planalto, no Rio Grande do Sul. Planalto fica junto à extremidade ocidental da área indígena de Nonoai, habitada por índios Kaingang. Eu não esperava que, justamente ali, fosse encontrar Xangrê. Xangrê já fora cacique em Nonoai, e como tal liderou em 1978 a expulsão dos posseiros que ocupavam a terra indígena. Mas naquela tarde trazia às costas um saco de milho que vendeu barato no moinho próximo, e com o dinheiro comprou fogos de artifício, garrações de vinho e uma garrafa de pinga. Aquele milho era tudo o que lhe sobrara da safra, e Xangrê gastara o dinheiro em função do casamento de uma filha.

Levei-o de volta à área, e fiquei um pouco na festa. Retirei-me quando anoitecia, e a quilômetros de distância ainda escutava o estouro dos fogos. Tal qual seus antepassados, os Kaingang continuam a, literalmente, «queimar» todo excedente que porventura obtenham. Quatro séculos de contato não bastaram para que os seduzisse a idéia de acumulação. Afora pouquíssimas exceções individuais, eles consomem em casamentos, no «Dia do Índio» e em várias outras oportunidades tudo o que economizaram imediatamente antes. Vivem, portanto, pobremente, porque para eles a riqueza só tem sentido enquanto apropriada pela coletividade, principalmente nas festas. O prestígio de cada um está diretamente vinculado à possibilidade de oferecer tais festas.

Contudo, todo ano a Funai (e às vezes algumas ONGs) gasta com lavouras de soja nas áreas Kaingang. E eles continuam a ser, antes de tudo, índios «deficitários». Claro, existem sempre denúncias de desvio de dinheiro; mas isto, por si só, não explica o fenômeno porque as experiências financiadas por ONGs – mais insuspeitas – tampouco deram certo.

Foi somente após ler Mabilde⁽¹⁾, engenheiro militar que esteve entre os Kaingang em meados do século passado, que soube ser a coleta a atividade de subsistência básica deste povo. Nem mesmo a caça era tão importante! De agricultura, então, quase nada havia. Os Kaingang articulavam-se integralmente em torno do acesso às manchas do pinheiro (araucaria angustifolia), e haviam desenvolvido uma sofisticada tecnologia de armazenamento e aproveitamento do pinhão. Dele extraíam farinha, pães e bebidas alcoólicas. Os territórios dos vários grupos eram fixados em função dos pinheirais que cabiam a cada um deles, e a apropriação de pinheirais alheios era causa de guerra certa.

Altamente nômades, os Kaingang dominavam um extenso território que se estendia do oeste paulista ao centro do Rio Grande do Sul. Assim, era perfeitamente possível ter na coleta o meio de subsistência mais importante. Porém entre o final do séc. XIX e início do atual, foram todos confinados em áreas restritas cuja cobertura original de pinheiros está hoje reduzida a menos de 20%. Foram, pois, abruptamente privados de seus meios de vida, e a concentração artificial que lhes foi imposta afetou profundamente sua organização social.

Mesmo assim, os Kaingang não introjetaram a ideologia do mercado. E nem podiam fazê-lo porque não se alteram deste modo, e em prazo relativamente tão curto, os esquemas de produção, distribuição e consumo praticados por eles durante milênios.

(1) Pierre François Alphonse Booth Mabilde, *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*: 1836-1866. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983.

A questão da auto-sustentação das comunidades ou povos indígenas vem recentemente acumulando discussões que procuram as causas do fracasso da maioria das experiências protagonizadas pelos mais diversos agentes. Obviamente é fácil detectar a causa da falência dos projetos patrocinados pela agência oficial, geralmente concebidos através de uma ótica desenvolvimentista e até francamente integracionista. A Funai, ao menos até recentemente, assim como seu antecessor, o Serviço de Proteção aos Índios, e antes e depois deles muitas missões religiosas, limitavam-se a aplicar modelos pré-concebidos por meio dos quais pretendiam tornar as comunidades indígenas auto-suficientes e produtivas, tudo segundo a lógica capitalista da sociedade dominante. Em outros termos, tratava-se de possibilitar que o capitalismo se apropriasse da mão-de-obra, da terra e dos recursos naturais das áreas indígenas, na medida em que os projetos destinavam-se a produzir bens de mercado, inclusive para o mercado internacional.

Assim, segundo levantamento feito pela antropóloga Joana A. Fernandes Silva⁽²⁾, a maioria dos projetos agrícolas patrocinados pela Funai entre 1973 e 1981 destinavam-se ao cultivo de culturas de exportação para fora do país, como a soja – responsável pela ocupação da maior parte da superfície cultivada – e culturas de exportação para fora das áreas indígenas, como o trigo, arroz, feijão e café. Na região sul, os projetos de extrativismo visavam a madeira, especialmente o pinheiro, o palmito no litoral, e castanha no Pará.

O simples fato de que estes projetos se destinavam a integrar as comunidades indígenas à economia de mercado era suficientemente repugnante para os seus críticos, que apontavam nessa finalidade, enquanto tal, a causa fundamental do seu reiterado fracasso.

De fato, embora não se tenham dados precisos sabe-se que ano após ano a Funai invertiu recursos crescentes nestes projetos sem nunca obter o retorno esperado que permitisse a auto-suficiência deles. Segundo a pesquisa já referida de Joana A. Fernandes Silva, os valores invertidos entre 1976 e 1981 (a preços da época) aumentaram na seguinte proporção:

ANO	INVESTIMENTO(Cr\$)
1976	549.000,00
1977	22.000.000,00
1978	54.740.000,00
1979	98.659.000,00
1980	334.215.000,00
1981	595.000.000,00

A questão da auto-sustentação das comunidades ou povos indígenas vem recentemente acumulando discussões que procuram as causas do fracasso da maioria das experiências protagonizadas pelos mais diversos agentes.

Certamente a questão não pareceria tão candente se as experiências patrocinadas por entidades não-governamentais tivessem resultados diferentes.

O que porém se verifica é que mesmo com objetivos e pedagogia diversos, grande parte dos projetos apoiados por organizações civis ou igrejas nunca alcançaram o sonhado estágio da auto-sustentação.

Em oposição aos projetos oficiais, estes buscavam a autonomia econômica das comunidades através de apoio a atividades voltadas à subsistência dos grupos e que também lhes permitissem um pequeno excedente comercializável que

(2) Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Doutor Mércio Pereira Gomes: Campinas, 1982, mimeo.

atendesse às novas necessidades que os próprios índios não têm como suprir. Os cálculos previam investimentos durante determinado tempo de modo a se alcançar um nível de produtividade que tornaria a iniciativa economicamente independente de aportes externos. Teoricamente, tudo parecia perfeito – inclusive a legitimação dos projetos, para cuja elaboração geralmente já se acusava a participação da comunidade indígena, quando não fosse o próprio projeto uma solicitação explícita dela.

Pedagogicamente falando, a participação espontânea (ou assim se acreditava) da comunidade e o envolvimento dos índios em todas as etapas do projeto parecia o marco que o diferenciava radicalmente dos projetos oficiais.

Assim, por exemplo, acompanhei de longe um projeto de roça comunitária numa aldeia Kaingang, onde a organização não-governamental intermediou recursos para a aquisição de juntas de bois, sementes, alguns insumos, e para o pagamento de cestas de alimentos que permitissem aos índios dedicarem-se prioritariamente ao projeto. O «comunitária» do projeto aplicava-se apenas à socialização das juntas de bois, pois em realidade os cultivos eram familiares e os bois e o trabalho de preparação da terra e, depois, de manutenção das lavouras, imaginaram-se que fossem feitos por todos que se revezariam entre as várias roças.

Fim da história? Os bois que não foram vendidos foram comidos...

É que logo começaram as discussões sobre a ordem em que os bois seriam entregues a cada família participante. Em seguida, começaram as defecções: os homens que haviam lavrado a própria roça não compareciam para lavrar a próxima, ou se ausentavam na hora de limpar os cultivos de outras famílias. Todos os cálculos feitos no início foram esquecidos, e não mantinham os Kaingang mobilizados o suficiente para assegurar que o projeto funcionasse. As colheitas ficaram muito aquém do esperado, mas vários índios haviam firmado compromissos por conta de excedentes que não

houve comprando a crédito na cidade. Daí para decidirem a venda ou o consumo dos bois, foi um passo.

Com poucas variações, este roteiro fulminou um incontável número de experiências que se desejavam alternativas.

Pressionadas pelas agências doadoras, as entidades intermediárias deflagraram em meados dos anos 80 uma série de reflexões sobre os chamados projetos econômicos para identificarem as causas do seu insucesso.

Aparentemente, a primeira dificuldade é que não se percebeu que em essência os projetos alternativos possuíam a mesma lógica dos projetos oficiais na medida em que sua referência era a economia de mercado (ou de intercâmbio, como preferem alguns). Não podendo ignorar a circunstância de os índios terem adquirido necessidades novas que não conseguem suprir com seus próprios meios, e de além disso, por força da redução de seus territórios e de seus recursos naturais, não poderem nem suprir muitas das necessidades básicas sem recorrer ao mercado, os projetos alternativos incluíam sempre estratégias para permitir a produção de excedentes comercializáveis.

Mais que isto, e sem dúvida muito mais importante, os projetos alternativos eram reduzidos a números de acordo com a lógica de mercado: estimavam-se os retornos em função do investimento num período dado, fazendo as suposições de praxe sobre as variáveis não diretamente controláveis. Nada de lógica indígena.

Os Xavante ficaram famosos com as histórias de implementos agrícolas que ao estragarem eram simplesmente abandonados no local em que estivessem e lá eram deixados até apodrecerem. A idéia de manutenção de equipamento parece completamente estranha a eles. Contudo, os Xavante são também famosos por suas incursões a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – e mais recentemente, ao exterior – em busca de recursos para compra de Toyotas, máquinas de costura, etc. Eventualmente, são o povo indígena que mais consome, no exato sentido da palavra,

itens que em princípio se consideram bens duráveis...

Bem recentemente, alguém que visitou os Madjá (Kulina) do Médio Juruá viu-os racionando o peixe que comiam embora estivessem pescando muito. É que o pescado estava quase todo destinado a pagar as dívidas com os regatões, e por isso ao invés de o comer os índios o guardavam salgado. Um dos itens que eles compram dos regatões é sal; os Madjá gastam boa parte do sal para conservar o peixe que pagará o próprio sal...

Os Xokleng de Santa Catarina puseram-se a vender a madeira da área que seria inundada pelas águas da barragem Norte, que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento está construindo. O modo como a madeira foi retirada, com tratores de esteiras que passavam correntões e punham tudo abaixo para depois recolherem apenas as essências nobres, escandalizou a todos. Muito mais escândalo, porém, foi causado pelos índios que iam à cidade e com o dinheiro da venda da madeira compravam estoques inteiros nas lojas. Compravam inclusive eletrodomésticos que ficariam sem uso, pois na área indígena não havia instalação de eletricidade...

E também passaram ao folclore desconfortável para os indigenistas as histórias dos Kayapó Gorotire que mandam o avião adquirido com o dinheiro recebido em troca da exploração de ouro por garimpeiros buscar pão em Redenção, a cidade mais próxima...

Estes exemplos extremados revelam a imensa distância existente entre a lógica de

mercado e as lógicas indígenas. As distorções resultantes da inserção dos índios e de seus bens na economia de mercado, em situações onde inexitem as cautelas que costumam acompanhar os projetos econômicos, evidenciam uma quase incompatibilidade. O trágico é que o mercado, de qualquer modo, beneficia-se, enquanto que os índios, ao menos imediata ou aparentemente, perdem.

Portanto, para a política indigenista oficial e para as organizações que desenvolvem políticas indigenistas alternativas a questão da auto-sustentação das comunidades e povos indígenas é um desafio extremamente atual, e nesta atualidade tremendamente prioritário. Para uns e outros, trata-se de vislumbrar as formas de realmente tornar os índios autônomos na, ou frente a, economia de mercado. Parece consensual que o nível de bem-estar possível no futuro para os índios resultará das soluções que se encontrem para este problema.

Igualmente consensual é a convicção de que o primeiro aspecto a ser atacado

é o da garantia dos territórios indígenas. A experiência histórica mostra que a redução do espaço físico e a conseqüente limitação no acesso aos recursos naturais afeta profundamente os esquemas tradicionais de produção, distribuição e consumo, o que em seguida se reflete em intensas perturbações sobre as próprias estruturas sociais indígenas. Então fica evidente que a manutenção de um território que lhes permita manter um nível razoável de controle, segundo as práticas tradicionais, sobre as atividades que atendem à subsistência das comunidades indígenas é o primeiro e mais fundamental passo a ser dado.

Estes exemplos extremados revelam a imensa distância existente entre a lógica de mercado e as lógicas indígenas.

*...
O trágico é que o mercado, de qualquer modo, beneficia-se, enquanto que os índios, ao menos imediata ou aparentemente, perdem.*